

RESENHA

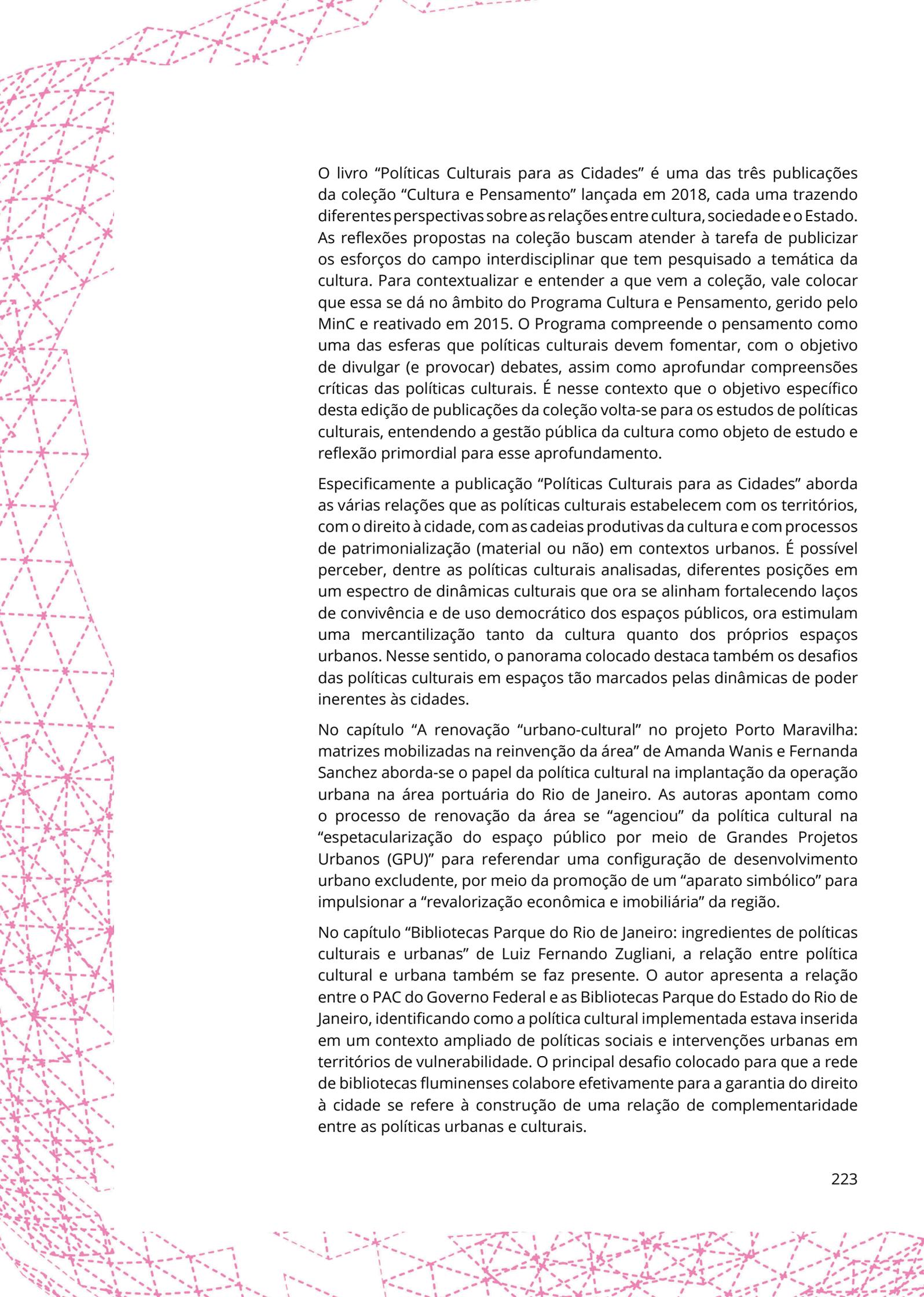
**Políticas Culturais para as Cidades: aprofundando
saberes e fazeres das políticas culturais urbanas**

Obra resenhada: CASTRO, F.; RODRIGUES, L.; ROCHA, R.
(Orgs). Políticas Culturais para as Cidades. Coleção Cultura e
Pensamento, Volume 2. Salvador, EDUFBA, 2018.

Sofia Leonor von Mettenheim

Mestranda no programa de Pós Graduação em
Cultura e Sociedade no Instituto de Humanidades,
Artes e Ciências Professor Milton Santos da
Universidade Federal da Bahia. (UFBA), Brasil

Contato: sofiamettenheim@gmail.com

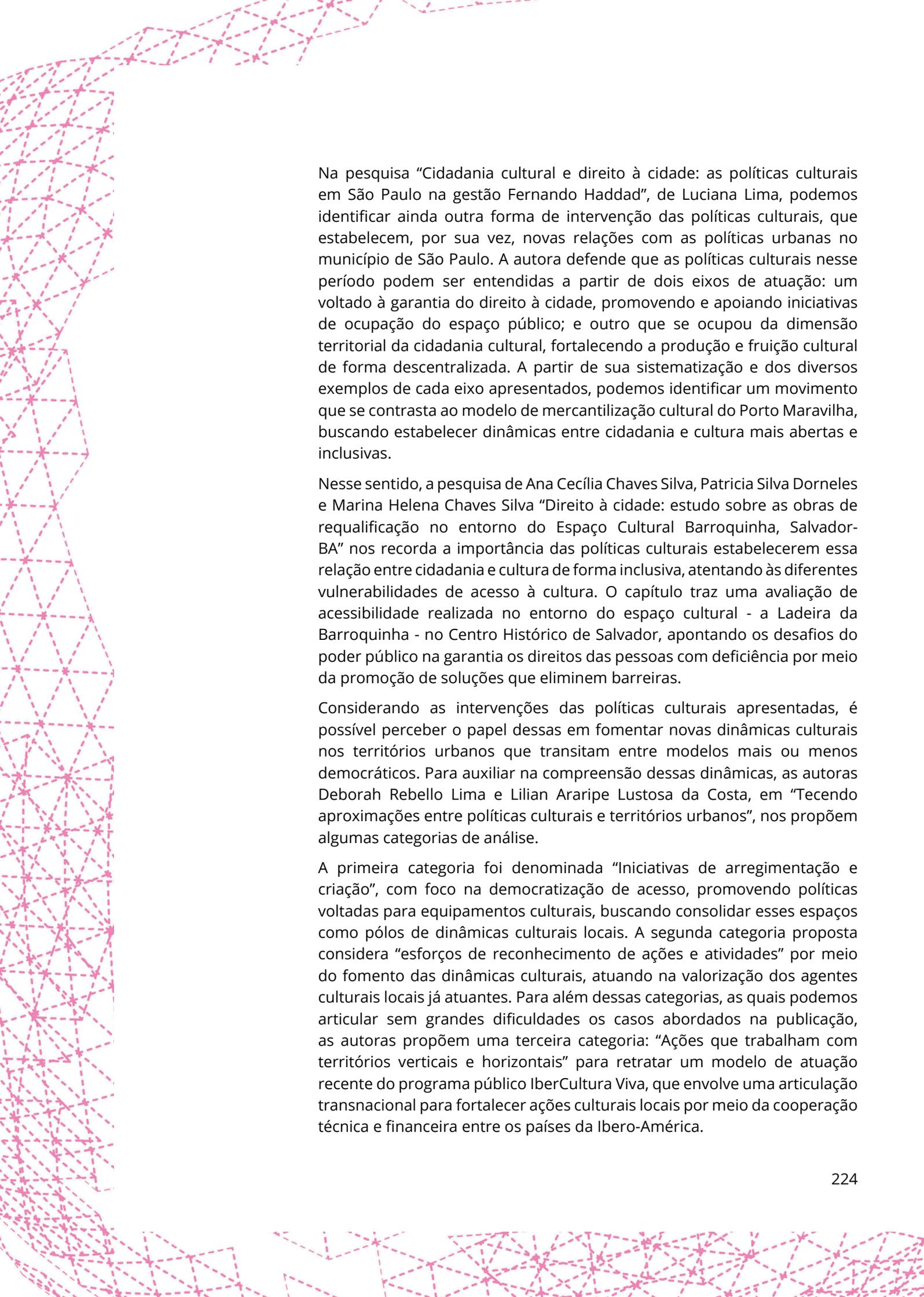


O livro “Políticas Culturais para as Cidades” é uma das três publicações da coleção “Cultura e Pensamento” lançada em 2018, cada uma trazendo diferentes perspectivas sobre as relações entre cultura, sociedade e o Estado. As reflexões propostas na coleção buscam atender à tarefa de publicizar os esforços do campo interdisciplinar que tem pesquisado a temática da cultura. Para contextualizar e entender a que vem a coleção, vale colocar que essa se dá no âmbito do Programa Cultura e Pensamento, gerido pelo MinC e reativado em 2015. O Programa compreende o pensamento como uma das esferas que políticas culturais devem fomentar, com o objetivo de divulgar (e provocar) debates, assim como aprofundar compreensões críticas das políticas culturais. É nesse contexto que o objetivo específico desta edição de publicações da coleção volta-se para os estudos de políticas culturais, entendendo a gestão pública da cultura como objeto de estudo e reflexão primordial para esse aprofundamento.

Especificamente a publicação “Políticas Culturais para as Cidades” aborda as várias relações que as políticas culturais estabelecem com os territórios, com o direito à cidade, com as cadeias produtivas da cultura e com processos de patrimonialização (material ou não) em contextos urbanos. É possível perceber, dentre as políticas culturais analisadas, diferentes posições em um espectro de dinâmicas culturais que ora se alinham fortalecendo laços de convivência e de uso democrático dos espaços públicos, ora estimulam uma mercantilização tanto da cultura quanto dos próprios espaços urbanos. Nesse sentido, o panorama colocado destaca também os desafios das políticas culturais em espaços tão marcados pelas dinâmicas de poder inerentes às cidades.

No capítulo “A renovação “urbano-cultural” no projeto Porto Maravilha: matrizes mobilizadas na reinvenção da área” de Amanda Wanis e Fernanda Sanchez aborda-se o papel da política cultural na implantação da operação urbana na área portuária do Rio de Janeiro. As autoras apontam como o processo de renovação da área se “agenciou” da política cultural na “espetacularização do espaço público por meio de Grandes Projetos Urbanos (GPU)” para referendar uma configuração de desenvolvimento urbano excludente, por meio da promoção de um “aparato simbólico” para impulsionar a “revalorização econômica e imobiliária” da região.

No capítulo “Bibliotecas Parque do Rio de Janeiro: ingredientes de políticas culturais e urbanas” de Luiz Fernando Zugliani, a relação entre política cultural e urbana também se faz presente. O autor apresenta a relação entre o PAC do Governo Federal e as Bibliotecas Parque do Estado do Rio de Janeiro, identificando como a política cultural implementada estava inserida em um contexto ampliado de políticas sociais e intervenções urbanas em territórios de vulnerabilidade. O principal desafio colocado para que a rede de bibliotecas fluminenses colabore efetivamente para a garantia do direito à cidade se refere à construção de uma relação de complementaridade entre as políticas urbanas e culturais.

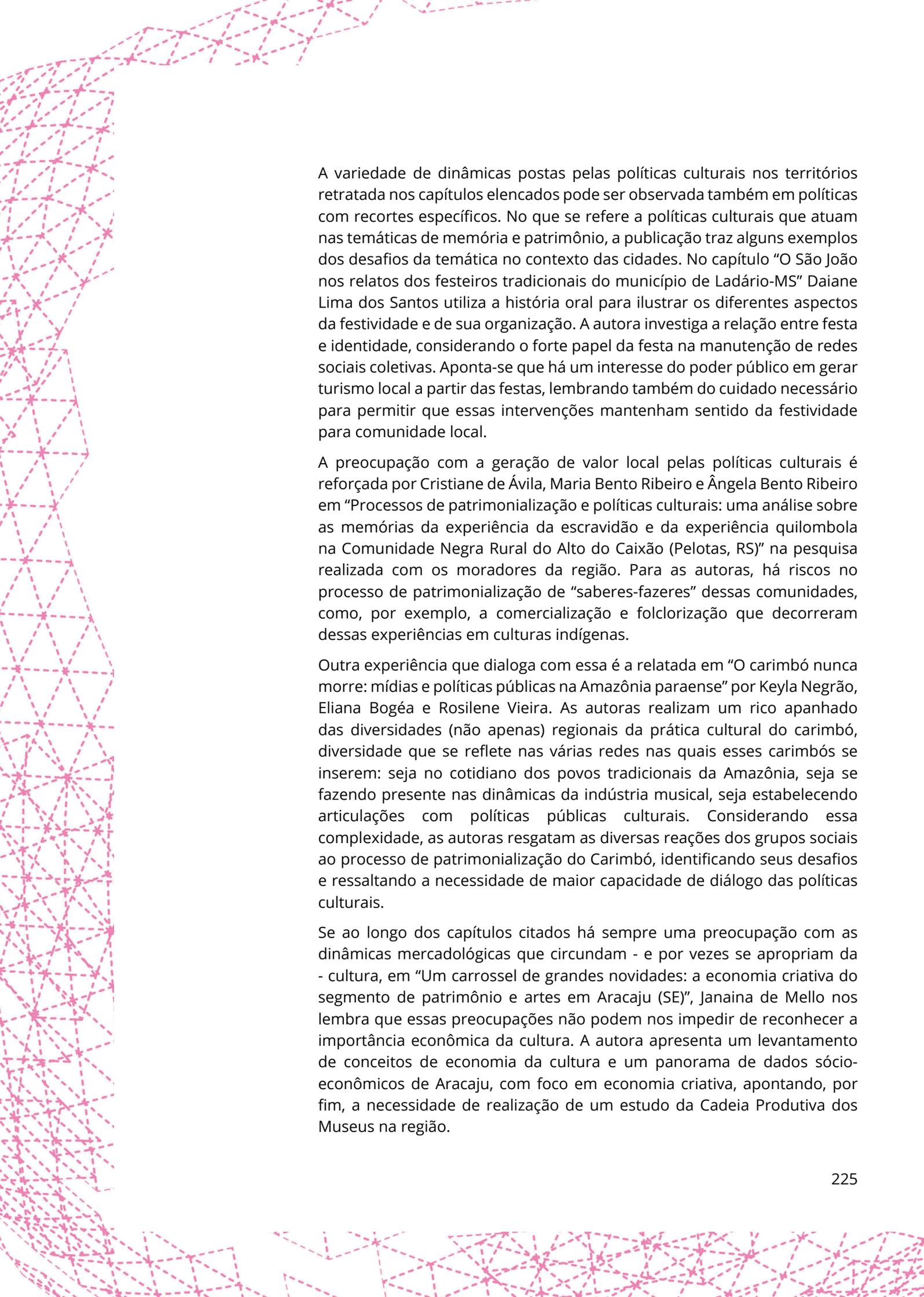


Na pesquisa “Cidadania cultural e direito à cidade: as políticas culturais em São Paulo na gestão Fernando Haddad”, de Luciana Lima, podemos identificar ainda outra forma de intervenção das políticas culturais, que estabelecem, por sua vez, novas relações com as políticas urbanas no município de São Paulo. A autora defende que as políticas culturais nesse período podem ser entendidas a partir de dois eixos de atuação: um voltado à garantia do direito à cidade, promovendo e apoiando iniciativas de ocupação do espaço público; e outro que se ocupou da dimensão territorial da cidadania cultural, fortalecendo a produção e fruição cultural de forma descentralizada. A partir de sua sistematização e dos diversos exemplos de cada eixo apresentados, podemos identificar um movimento que se contrasta ao modelo de mercantilização cultural do Porto Maravilha, buscando estabelecer dinâmicas entre cidadania e cultura mais abertas e inclusivas.

Nesse sentido, a pesquisa de Ana Cecília Chaves Silva, Patricia Silva Dorneles e Marina Helena Chaves Silva “Direito à cidade: estudo sobre as obras de requalificação no entorno do Espaço Cultural Barroquinha, Salvador-BA” nos recorda a importância das políticas culturais estabelecerem essa relação entre cidadania e cultura de forma inclusiva, atentando às diferentes vulnerabilidades de acesso à cultura. O capítulo traz uma avaliação de acessibilidade realizada no entorno do espaço cultural - a Ladeira da Barroquinha - no Centro Histórico de Salvador, apontando os desafios do poder público na garantia dos direitos das pessoas com deficiência por meio da promoção de soluções que eliminem barreiras.

Considerando as intervenções das políticas culturais apresentadas, é possível perceber o papel dessas em fomentar novas dinâmicas culturais nos territórios urbanos que transitam entre modelos mais ou menos democráticos. Para auxiliar na compreensão dessas dinâmicas, as autoras Deborah Rebello Lima e Lilian Araripe Lustosa da Costa, em “Tecendo aproximações entre políticas culturais e territórios urbanos”, nos propõem algumas categorias de análise.

A primeira categoria foi denominada “Iniciativas de arregimentação e criação”, com foco na democratização de acesso, promovendo políticas voltadas para equipamentos culturais, buscando consolidar esses espaços como pólos de dinâmicas culturais locais. A segunda categoria proposta considera “esforços de reconhecimento de ações e atividades” por meio do fomento das dinâmicas culturais, atuando na valorização dos agentes culturais locais já atuantes. Para além dessas categorias, as quais podemos articular sem grandes dificuldades os casos abordados na publicação, as autoras propõem uma terceira categoria: “Ações que trabalham com territórios verticais e horizontais” para retratar um modelo de atuação recente do programa público IberCultura Viva, que envolve uma articulação transnacional para fortalecer ações culturais locais por meio da cooperação técnica e financeira entre os países da Ibero-América.

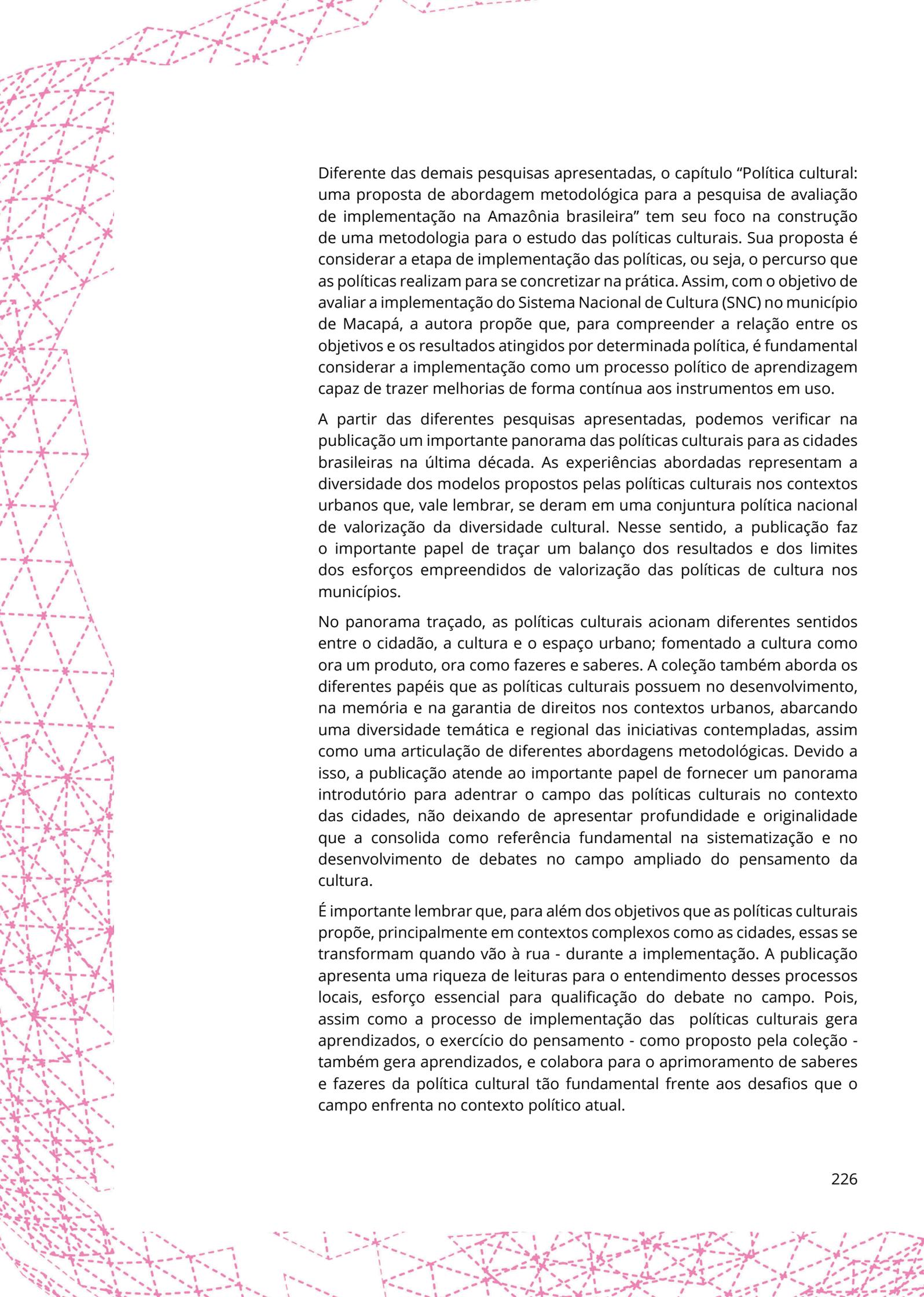


A variedade de dinâmicas postas pelas políticas culturais nos territórios retratada nos capítulos elencados pode ser observada também em políticas com recortes específicos. No que se refere a políticas culturais que atuam nas temáticas de memória e patrimônio, a publicação traz alguns exemplos dos desafios da temática no contexto das cidades. No capítulo “O São João nos relatos dos festeiros tradicionais do município de Ladário-MS” Daiane Lima dos Santos utiliza a história oral para ilustrar os diferentes aspectos da festividade e de sua organização. A autora investiga a relação entre festa e identidade, considerando o forte papel da festa na manutenção de redes sociais coletivas. Aponta-se que há um interesse do poder público em gerar turismo local a partir das festas, lembrando também do cuidado necessário para permitir que essas intervenções mantenham sentido da festividade para comunidade local.

A preocupação com a geração de valor local pelas políticas culturais é reforçada por Cristiane de Ávila, Maria Bento Ribeiro e Ângela Bento Ribeiro em “Processos de patrimonialização e políticas culturais: uma análise sobre as memórias da experiência da escravidão e da experiência quilombola na Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão (Pelotas, RS)” na pesquisa realizada com os moradores da região. Para as autoras, há riscos no processo de patrimonialização de “saberes-fazer” dessas comunidades, como, por exemplo, a comercialização e folclorização que decorreram dessas experiências em culturas indígenas.

Outra experiência que dialoga com essa é a relatada em “O carimbó nunca morre: mídias e políticas públicas na Amazônia paraense” por Keyla Negrão, Eliana Bogéa e Rosilene Vieira. As autoras realizam um rico apanhado das diversidades (não apenas) regionais da prática cultural do carimbó, diversidade que se reflete nas várias redes nas quais esses carimbós se inserem: seja no cotidiano dos povos tradicionais da Amazônia, seja se fazendo presente nas dinâmicas da indústria musical, seja estabelecendo articulações com políticas públicas culturais. Considerando essa complexidade, as autoras resgatam as diversas reações dos grupos sociais ao processo de patrimonialização do Carimbó, identificando seus desafios e ressaltando a necessidade de maior capacidade de diálogo das políticas culturais.

Se ao longo dos capítulos citados há sempre uma preocupação com as dinâmicas mercadológicas que circundam - e por vezes se apropriam da - cultura, em “Um carrossel de grandes novidades: a economia criativa do segmento de patrimônio e artes em Aracaju (SE)”, Janaina de Mello nos lembra que essas preocupações não podem nos impedir de reconhecer a importância econômica da cultura. A autora apresenta um levantamento de conceitos de economia da cultura e um panorama de dados sócio-econômicos de Aracaju, com foco em economia criativa, apontando, por fim, a necessidade de realização de um estudo da Cadeia Produtiva dos Museus na região.



Diferente das demais pesquisas apresentadas, o capítulo “Política cultural: uma proposta de abordagem metodológica para a pesquisa de avaliação de implementação na Amazônia brasileira” tem seu foco na construção de uma metodologia para o estudo das políticas culturais. Sua proposta é considerar a etapa de implementação das políticas, ou seja, o percurso que as políticas realizam para se concretizar na prática. Assim, com o objetivo de avaliar a implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) no município de Macapá, a autora propõe que, para compreender a relação entre os objetivos e os resultados atingidos por determinada política, é fundamental considerar a implementação como um processo político de aprendizagem capaz de trazer melhorias de forma contínua aos instrumentos em uso.

A partir das diferentes pesquisas apresentadas, podemos verificar na publicação um importante panorama das políticas culturais para as cidades brasileiras na última década. As experiências abordadas representam a diversidade dos modelos propostos pelas políticas culturais nos contextos urbanos que, vale lembrar, se deram em uma conjuntura política nacional de valorização da diversidade cultural. Nesse sentido, a publicação faz o importante papel de traçar um balanço dos resultados e dos limites dos esforços empreendidos de valorização das políticas de cultura nos municípios.

No panorama traçado, as políticas culturais acionam diferentes sentidos entre o cidadão, a cultura e o espaço urbano; fomentado a cultura como ora um produto, ora como fazeres e saberes. A coleção também aborda os diferentes papéis que as políticas culturais possuem no desenvolvimento, na memória e na garantia de direitos nos contextos urbanos, abarcando uma diversidade temática e regional das iniciativas contempladas, assim como uma articulação de diferentes abordagens metodológicas. Devido a isso, a publicação atende ao importante papel de fornecer um panorama introdutório para adentrar o campo das políticas culturais no contexto das cidades, não deixando de apresentar profundidade e originalidade que a consolida como referência fundamental na sistematização e no desenvolvimento de debates no campo ampliado do pensamento da cultura.

É importante lembrar que, para além dos objetivos que as políticas culturais propõe, principalmente em contextos complexos como as cidades, essas se transformam quando vão à rua - durante a implementação. A publicação apresenta uma riqueza de leituras para o entendimento desses processos locais, esforço essencial para qualificação do debate no campo. Pois, assim como a processo de implementação das políticas culturais gera aprendizados, o exercício do pensamento - como proposto pela coleção - também gera aprendizados, e colabora para o aprimoramento de saberes e fazeres da política cultural tão fundamental frente aos desafios que o campo enfrenta no contexto político atual.